

Controle dos governistas

Da Agência Estado

São Paulo — A base governista contaria com uma ampla maioria na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mista para apurar as denúncias de corrupção contra o governo. Nas contas do cientista político Amaury de Souza, da MCM Consultores Associados, dos 22 integrantes da Comissão, caso fosse instalada, apenas seis seriam representantes da oposição. Dos 11 senadores, quatro seriam do PMDB, três do PFL e dois do PSDB. O bloco de oposição na Casa contaria com dois senadores.

Na Câmara, o PSDB contaria com três deputados, o PMDB com dois e o PFL com dois representantes. O PPB, o PT, o PDT e o bloco formado pelo PSB e PC do B contariam com apenas um deputado cada. Além disso, a presidência e a relatoria da Comissão seriam ocupadas por representantes do PSDB e do PMDB, respectivamente. "O governo teria uma maioria esmagadora numa eventual CPI mista da Corrupção", afirma Souza.

Uma das grandes vantagens para o governo, explica o cientista político, é que ele teria uma margem de manobra muito maior para encerrar essa CPI dentro de seu prazo regulamentar, caso não fossem encontradas novas evidências de corrupção. "Eu diria que a probabilidade de uma eventual CPI encontrar algo de novo nesse sentido é nula", avalia Souza, que estima um prazo máximo de seis meses entre uma eventual instalação e o encerramento das atividades da Comissão. Quanto mais distante do pleito sucessório de 2002, melhor para o governo.

MENOS DANOSO

Se a CPI ocorrer, é melhor que ocorra já", diz o cientista. Ele lembra ainda que a grande quantidade de denúncias envolvendo o governo também tem efeitos menos danosos no momento atual do que num período mais próximo da sucessão. "É melhor para o governo que haja uma limpeza geral agora (CPI, Sudam, Sudepe, Senado, etc.)", afirmou.

O presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), submeterá hoje à Executiva Nacional do partido uma carta contra a CPI que, se aprovada, será encaminhada por ele a todos os deputados e senadores. No documento, o senador vai apontar os reflexos negativos que a CPI poderá causar ao país, podendo também paralisar as atividades do Legislativo. O PFL pedirá aos parlamentares que assinaram o requerimento, cerca de dez deputados e três senadores, que retirem suas assinaturas. Ao mesmo tempo, fará um apelo para ninguém mais subscrever o requerimento.

Essa iniciativa do PFL foi decidida por Bornhausen e tem a simpatia do presidente Fernando Henrique Cardoso, com quem se encontrou na noite de sábado. "O PFL vai fazer a sua parte", ressaltou Bornhausen. No Senado, os três senadores que assinaram o documento são do PFL da Bahia: Antonio Carlos Magalhães, Waldeck Ornélia e Paulo Souto.